quino teve papel fundamental na concepção, na organização e para colocar esse processo em andamento. Na PPP do Estado, o município participa de alguma forma. Aí a pergunta é: o Estado participará nessa também? É a mesma PPP? Vamos juntar as duas? Ou o Estado terá a sua PPP e o município terá a PPP deles? Porque realmente na do Estado a participação do movimento popular é muito pequena, é apenas marginal, para atender a uma licitação que ficou atrasada lá e no lote 1 está previsto isso, são 500 unidades; no total, são 14 mil unidades e aí seriam 2 mil unidades para o movimento popular, que as associações que participaram de uma licitação e que vai cada lote colocando 500 unidades. E aí acontece muito que a Carmen disse que encaminhamos as famílias e os critérios lá são os critérios da Caixa Econômica Federal, e aí as famílias não conseguem se habilitar. Família que ganha teto de R$1.800, claro que passou pelo SPC, pelo SERASA. Às vezes, nem SERASA consegue passar porque não usa cheque. Então, é importante pensarmos em um processo. E vamos fazer um seminário e discutir isso nas propostas. No Governo do Estado existe um fundo garantidor. Vamos continuar insistindo para colocar dinheiro nesse fundo, para ser fiador, para ter condições de viabilizar que a família consiga contratar e ter sua moradia. Se depois não pagar, a Caixa retoma e passa para outra família, mas pelo menos que haja a possibilidade. Iria realmente questionar a participação do movimento popular, mas o Edson já nos coloca aqui que quem estiver nos programas, nos chamamentos e que não tenha sido enquadrado – e agora precisa mais do que ser enquadrado; precisa ser enquadrado e depois selecionado – se foi enquadrado e não foi selecionado, ou foi desenquadrado, que possa migrar. Então, já está aqui uma primeira resposta de como tem a participação popular. Mas queríamos participar mais, Edson, quem sabe, com algum percentual ou alguma forma de os movimentos populares, que ainda não estão enquadrados, que ainda não tiveram os processos – porque isso é uma proposta não para um ano; é uma proposta para um processo em andamento – então, que possamos estabelecer uma regra de participação popular nesse processo. E imagino que, a hora que o projeto de lei for à câmara, esse projeto irá estabelecer um processo de audiências públicas, de participação, como tem o outro, e aí sem dúvida será o momento de discutirmos no detalhe cada projeto, cada PPP, e aqui discutimos mais o geral. **Sr. Gilmar** - Aqui é só parte do procedimento. Na câmara haverá toda a discussão, enfim, e os senhores podem participar também. **Sra. Maria Barbosa** – Estou até emocionada aqui de ouvir a voz do Sr. Rosalvo porque, na verdade, há um equívoco aí, porque para nossas famílias é uma demora muito longa para conseguir chegar um projeto. E, quando chega um projeto, que elas estão morando, com certeza, elas vão pagar. Ninguém vai ter casa de graça. E queria colocar que dentro da regularização fundiária, nas poucas que áreas que existem, que estão sendo invadidas, qual a solução que o secretário aqui deve tomar? Porque nas áreas que estão sendo invadidas, a coordenação já procurou, já conversou, e até então não houve uma solução. Sabemos que as Regionais atuam nessa parte. Também procuramos as Regionais e não somos atendidos. Então, gostaria de saber agora quem devemos procurar. **Sr. Gilmar** - Para mim é uma novidade o que a senhora está dizendo, com todo respeito, que as Regionais não estão atendendo. Mas estou recebendo isso com preocupação, até porque temos reuniões semanais com todas as nossas Regionais, e elas nos posicionam de todas as questões que estão acontecendo. Mas aqui, na secretaria, temos um departamento, na verdade, de Intermediação de Conflitos, que a depender da situação, se já estiver judicializada, se já estiver um conflito, então, direcionamos isso para a Intermediação de Conflitos. A senhora é da sudeste, não é? **Sra. Maria Barbosa** – Sim. O senhor sabe que a coisa lá não está bonita, não é? **Sr. Gilmar** - Sugiro que nessa questão pontual façamos uma reunião. E, se os conselheiros aqui tiverem também outras reivindicações no quesito atendimento, estamos aqui para atender o munícipe. Tanto o Presidente da COHAB, o chefe de gabinete, o Alex Peixe, o Secretário Fernando Chucre, eu, como Secretário Adjunto, não nos negamos a atender e termos reuniões, como já tivemos várias reuniões aqui com muitos movimentos de moradia. Então, gostaria até que a senhora elencasse quem deu essa negativa, quem disse que não atenderia, para tomarmos certas providências, porque não é a diretriz desse governo e nem nossa, da direção também. **Sra. Maria Barbosa** – A prefeitura regional é do Ipiranga. **Sr. Gilmar** - Vamos conversar. Saímos daqui com uma reunião agendada para falar sobre isso. **Sra. Maria Barbosa** – Ok. E, por final, eu fiquei também preocupada porque nos chamar para uma reunião dessas, como a colega colocou, sem material para estudarmos antes, para verificarmos e sabermos direitinho o que seria hoje aqui, acho que ficou um pouco a desejar. **Sr. Gilmar** - Estamos iniciando um projeto, estamos iniciando um debate. É o início de uma caminhada. A senhora e todos terão o material e todos irão participar de forma muito democrática. **Sr. Caio** - Viajei esse final de semana e levei o envelope da convocatória e disse: preciso estudar isso para ver como me posicionar na reunião. Aí, na hora que abri, era uma página e dizia: apresentação da Parceria Público Privada. Então, para ter convocado uma reunião extraordinária, mobilizar 48 conselheiros para estarem aqui, para ouvir, acho que temos um entendimento diferente sobre o que é esse processo de participação. Porque o papel do Conselho é justamente discutir amplamente a política habitacional do município, especificamente, a aplicação dos recursos do Fundo Municipal de Habitação. Então, para podermos, no mínimo, construir, quer dizer, se os senhores estão apresentando isso como uma proposta que está em apresentação, ela fica muito incipiente para podermos inclusive nos posicionar e dialogar com a prefeitura. Então, no mínimo, constituir aqui um grupo de trabalho em que possamos, efetivamente, construir isso juntos. Estou ouvindo o senhor responder as perguntas pontualmente e o senhor está, via de regra, se referindo às audiências públicas na câmara. Queria colocar então a pergunta: por que isso teria que ser um projeto de lei? Porque isso tem que entrar como uma lei? Por que isso tem que ser debatido na câmara, se isso não está no âmbito da política habitacional mesmo do município? Uma preocupação que me parece comum a vários conselheiros aqui é como é essa modelagem financeira. Afinal de contas, a parceria está sendo apresentada, quer dizer, a prefeitura tem um ativo muito importante, que são os terrenos, que são escassos e únicos, e está disponibilizando isso para a produção de habitação. Então, como é essa conta? Porque esses terrenos têm um valor e são valores bastante significativos e são únicos. E toda a produção, para a produção habitacional, depende do terreno. Outra coisa que o Edson apresentou aqui e deu a entender uma diversidade de atendimento, do Auxílio Aluguel, Faixa 1, Faixas com FGTS e tal. E aí mais uma vez a preocupação de como se faz a transição, a migração de um empreendimento das entidades. Por exemplo, as entidades que foram selecionadas no chamamento e que estão com um compromisso de atender famílias pela Faixa 1, que é a grande parcela do déficit, da demanda, quaisquer que sejam os indicadores estatísticos que usemos, vamos ver que a maior parte da produção de habitação tem que ser para Faixa 1. Na hora que vai entrar pelo FGTS, excluímos uma parcela significativa das famílias que precisam efetivamente de habitação. Então, apareceu como regularização fundiária, urbanização de assentamentos precários, recuperações ambientais, Auxílio Aluguel, ou seja, um conjunto de intervenções que estão apostando tudo em uma parceria, em uma ideia de que o governo está quebrado, que é um pouco estranha, de que o governo está absolutamente quebrado e que precisa totalmente dos recursos da iniciativa privada para fazer isso, e aí isso não está claro. Então, temos pouco material para poder dialogar e discutir sobre isso. **Sr. Gilmar** - Só pontuando a questão da necessidade da audiência pública, a PPP passou no Conselho de Desestatização. Obrigatoriamente, tudo que tem passado no Conselho de Desestatização tem que ir para a câmara municipal como projeto de lei e ter audiência pública. Tivemos a preocupação de justamente fomentar esse debate com os vereadores também, até porque é um programa da nova gestão. E queremos fazer toda uma discussão junto com a câmara municipal. Independentemente disso, já marcamos uma reunião com a Procuradoria da Câmara Municipal de São Paulo, para ver se há necessidade de certos procedimentos internos na câmara municipal. Na verdade, estamos pecando pelo excesso, para amanhã ou depois não haver nenhum tipo de impugnação no que queremos fazer, respeitando todos os procedimentos. Então, a questão da forma como estamos nos preocupando talvez seja um excesso de zelo, porém acho que é viável neste momento, com tanta judicialização. A partir do momento que passou no Conselho e passou no Conselho de Desestatização, obrigatoriamente, tem que entrar na pauta da câmara municipal, para as audiências públicas, que aí as comissões definem quantas são. Não somos nós que vamos pautar isso aí. **Sr. Caio** - O processo na câmara, tudo bem, os procedimentos e tal. A questão é: esse projeto, como projeto de lei, como proposta, ele sai daqui, da Secretaria de Habitação, sai do Executivo, para ir para a câmara. E, para sair do Executivo, ele tem que passar por este Conselho. E, para passar por este Conselho, ele tem que ter uma proposta. **Sr. Gilmar** - Não necessariamente, Caio. **Sr. Caio** - Ele pode. Podem fazer o que quiserem. Mas o Conselho existe para isso. É isso que estou dizendo. **Sr. Gilmar** - Exato. **Sr. Caio** - O Conselho existe para isso. Estamos aqui para isso. **Sr. Edson** - O Conselho opina. **Sr. Caio** - Ou construímos essa proposta juntos, para que saia do Executivo alguma proposta que seja já articulada na Sociedade Civil, para poder discutir na câmara, quer dizer, em outra instância, no Legislativo, mas para não perdermos essa oportunidade aqui. **Sr. Edson** - Primeiro, o Conselho vai opinar, sem dúvida alguma. A versão final do projeto de lei é nossa, é do Executivo. E aí depois o Conselho e os movimentos voltam a ter um novo palco de discussão que é a câmara. E por que tem que ser projeto de lei? Porque há uma série de questões autorizativas aqui de recursos que precisam ser autorizados pelo Legislativo, para não acontecer como a PPP da iluminação do governo passado, que está até hoje na Justiça e não saiu do papel. É essa a questão. Temos que percorrer um caminho legal que não tem como passar por cima. Essa é a primeira questão. A segunda questão: poderíamos aguardar que o país voltasse a recuperar a capacidade econômica, de desenvolvimento, para que o Ministério das Cidades, a Caixa Econômica Federal, tivesse todos os recursos para atender à demanda gigantesca que o país tem de habitação, cruzarmos os braços e esperar que algum dia então, por excesso de recursos, pudéssemos conseguir atender o conjunto dos movimentos e o conjunto das pessoas que aguardam há tanto tempo na fila que não é só do movimento. É das famílias que estão no Auxílio Aluguel, é das famílias que estão no cadastro da COHAB, é das famílias que estão no cadastro da Secretaria de Habitação. A demanda que vamos atender na PPP é esse conjunto. E ninguém disse aqui que os movimentos estão de fora. Ao contrário: os movimentos estão dentro. Estamos exatamente possibilitando que quem hoje está em um chamamento aguardando um financiamento da Caixa Econômica e do Governo Federal, que sabemos que ninguém pode afirmar quando ele vai poder acontecer, eventualmente, esse movimento, por decisão própria, migra para a PPP e pode ter um financiamento muito mais rápido, pode ter um equacionamento muito mais rápido. E não é porque a prefeitura está quebrada. Aliás, ninguém disse aqui que a prefeitura está quebrada. O que dissemos é que estamos tentando pegar os recursos que temos da habitação e que são limitados e espaçá-los ao longo do tempo, criarmos outra forma de financiamento da habitação, e não dependermos única e exclusivamente de um único programa. Estamos querendo aqui exatamente ter a oportunidade, seja do ponto de vista financeiro, seja do ponto de vista do financiamento, seja do ponto de vista de um atendimento mais amplo possível, da demanda da habitação, que passa pelos movimentos, mas passa por esse outro conjunto todo que temos que atender, e que possamos fazer um atendimento muito mais rápido. Isso é evidente, é um raciocínio, que os senhores vão me desculpar, mas é básico. E estamos buscando e estamos trazendo para dentro disso o que vai ser a participação do município. O município, evidentemente, vai ter áreas que ele vai contribuir na PPP, e isso reduz o custo da participação da prefeitura na PPP. É lógico que isso entra no compito do que vai ser a engenharia financeira. Quanto mais áreas públicas colocarmos, é evidente que a contrapartida e a contraprestação, que o município tem que dar, são muito menores. E vai nos sobrar dinheiro da habitação para podermos continuar buscando, junto ao Ministério das Cidades, mais financiamento para cá. Estamos criando outra porta, estamos abrindo outra porta, que vai possibilitar buscarmos esse atendimento de uma maneira mais rápida. E dentro dos critérios que já existem hoje, não me parece – o Iapequino tem mais informações – mas não me parece que tenhamos problemas de atendimento de faixas dentro da PPP do Estado. Não me parece porque as famílias que entraram no São Caetano estão todas lá.**Sr. Reinaldo** - E as que tiveram alguma dificuldade, a CDHU cobriu. Como estava previsto no edital. **Sr. Edson** - A CDHU cobriu, como estava previsto no edital de concorrência da PPP. Esse debate está se iniciando aqui. Nem nós aprovamos ainda o projeto final. Isso não é o projeto final. Isso é um conjunto de ideias, que achamos que fosse importante passar por esse debate aqui, no Conselho. Na minha forma de ver, evidentemente, o debate mais decisivo é na câmara, porque é lá que vai aprovar a lei. Alguém falou aqui também da questão do IPREM, o João Bosco. Estamos colocando áreas do IPREM na PPP, que estão sendo transferidas para a COHAB. Finalmente, concordo, acho que foi a Antônia que falou da questão da regularização fundiária. O que queremos, inclusive, é isso, com um ritmo maior de construção. Isso vai possibilitar para nós, inclusive, fazer o atendimento de áreas hoje que estão completamente ocupadas para eventualmente colocarmos essas famílias que aí estão, para nessas áreas onde se encontram hoje, fazermos todo um processo de requalificação urbana, dando mais espaço urbano para a cidade, que, aliás, isso poucas vezes se fez. Normalmente, quando há os processos de construção de novas habitações, se traz famílias e às vezes famílias que estão ao lado, em áreas completamente degradadas, não são atendidas. Vamos também querer fazer isso: pegar áreas que estão degradadas, colocar famílias nessas áreas, recuperar esse espaço urbano para que esse espaço depois possa ter uma nova construção habitacional. É isso. É evidente que o novo sempre causa certa preocupação, mas acho que é uma preocupação positiva de avançarmos exatamente em ter outras formas de fomento para a habitação. Não dá para dependermos só de um, de dois programas, e com as dificuldades que temos de economia no país. Então, para termos outras formas, outras engenharias financeiras, para que possamos atender toda a população que está aguardando moradia, seja aquela que está organizada em movimento, seja aquela que não está organizada em movimento, que é a grande maioria. **Sr. Gilmar** - Estamos tendo o zelo, o cuidado de trazer para os senhores aqui, no CMH, para discutirmos e levarmos à câmara porque o foro de verdade, legítimo, para ser discutido, é no Legislativo. Passam-se às audiências públicas, mas tivemos o cuidado de trazer essa discussão, justamente para cá, para daqui levarmos um produto para a câmara já praticamente pronto, porque lá teremos algumas mudanças também. Os senhores sabem que o Legislativo tem a condição de mudar o que vamos colocar, só que o Executivo, que somos nós, temos que levar o produto. E estamos trazendo esse produto hoje, aqui, para os senhores, junto conosco, trabalhar esse produto. Estamos recepcionado, estamos no início de um produto. Peço desculpas por não ter sido enviado o produto acabado para os senhores, mas o produto não está acabado. Queremos, Caio, com essa sua colocação, com a colocação de todos os conselheiros aqui, e dos suplentes, agregar, azeitar melhor esse projeto. E, se for o caso, iremos colocar isso porque é a maneira que se faz. Política é assim, política participativa. Então, a legitimidade, a maneira que estamos fazendo aqui, Caio, gostaria que vissem com muitos bons olhos. Porque aqui ninguém colocou dizendo que será dessa forma, pronto e acabou. Não. Estamos ouvindo os senhores. E podem ter certeza de que o Reinaldo, o Fernando, o Edson, nós iremos trabalhar melhor esse produto, porque ainda há algumas dúvidas, Verônica, e não queremos dúvidas. Queremos o apoio da população, queremos o apoio dos senhores nas audiências públicas, seja dentro da câmara, seja nas prefeituras regionais, onde quer que seja, mas não manipular ninguém. Queremos realmente que apoiem porque o projeto é bom para a Cidade de São Paulo. Não é bom para um ou para outro, mas é bom para a Cidade de São Paulo. Não para movimento A, B ou C. Mas para a cidade, que inclui os movimentos de moradia, obviamente. **Sr. Adelcke** - Acabamos entendendo que se trata de uma primeira conversa, mas o que talvez traga angústia na maioria dos conselheiros e nas falas que aparecem aqui é que o que foi apresentado, de certa maneira, é uma proposta de PPP que na prática está baseada em um financiamento. E temos visto que as famílias de menor renda não são atendidas por um financiamento habitacional puro e simples. E, infelizmente, a base que se tinha dentro do Minha Casa Minha Vida, que realmente atendia o Faixa 1 – e o Faixa 1, realmente, em São Paulo, também de certa maneira, a produção foi limitada e temos mais uma produção de Faixa 2 e de Faixa 3 – acho que a preocupação maior que se tem é que, apresentando-se, primeiramente, uma proposta de financiamento, como vamos conseguir garantir o acesso à habitação para a família de menor renda? Hoje não temos perspectiva do Minha Casa Minha Vida, de produção. Está todo mundo esperando há meses alguma resposta. Brasília não apresenta essa resposta e, de certa maneira, recai sobre a prefeitura uma cobrança um pouco natural de dizer: bom, também temos o maior déficit habitacional, 75%, que é o HIS, que tem o HIS 1 e o HIS 2, a maior parcela está dentro do HIS 1, e ela não é atendida com financiamento. E como nós, dentro dessas diversidades de atendimento, vamos atender um público que não possui recursos para entrar em uma PPP? Toda PPP tem que apresentar um serviço como atendimento e ela que é a contraprestação da prefeitura. Entendo também que os terrenos nesse momento são uma diferença do Estado; na PPP do Estado estava um pouco mais difícil de visualizar os terrenos. Talvez, se existir uma apresentação mais clara dos terrenos, talvez tenha outra análise em cima desse produto, mas ainda temos uma realidade em que estamos em um momento econômico pior do que quando houve o lançamento da PPP estadual, e naquele momento apenas uma empresa apareceu para um lote. Para mim, é uma demonstração clara de que para a iniciativa privada a contraprestação que estava dentro dessa modelagem econômica não foi suficiente. Então, o que conseguimos aprender com isso, o que os senhores estão visualizando como alternativa para também, de certa maneira, formatar essa PPP. E a outra pergunta era efetivamente em relação ao serviço. No caso da PPP estadual, tínhamos um serviço ligado ao condomínio, gestão condominial, e também à questão do trabalho social. Então, para saber se os senhores já entendem que o serviço prestado é esse também. **Sra. Paula** - Acho que o material apresentado ainda é muito pouco qualificado para opinarmos como Conselho. Mais do que um processo em andamento, para um processo em andamento, faltam respostas que não foram apresentadas aqui muito importantes para entendermos a proposta. Só opinamos quando compreendemos. Então, vou fazer algumas perguntas que podem soar muito básicas, mas são o pano de fundo de quem estuda PPP. As unidades produzidas vão ser destinadas para o Locação ou é um modelo de propriedade privado, compra e venda? Quais são os terrenos disponibilizados à PPP? Qual o montante de recursos desses terrenos? Porque parece que não vamos colocar recursos; o Sr. Aparecido colocou isso como: "não vamos colocar recursos", mas terrenos públicos são recursos públicos. Isso é um primeiro subsídio. É importantíssimo para entendermos o montante de recursos que estamos colocando nessa PPP. Esses terrenos serão alienados ao privado? O privado vai poder ficar com eles ao final da PPP? Ele vai pagar por esse terreno? Os movimentos hoje que estão no chamamento, para migrarem, eles vão ter que disponibilizar seus terrenos e pagar por eles? São perguntas que para mim estão muito em aberto. Esses terrenos não deveriam estar contabilizados nas contraprestações? É um subsídio inicial altíssimo, pelo que estou entendendo, pelo volume de unidade produzida, ainda que eu não saiba a área envolvida. Qual o montante de recursos envolvidos nas contraprestações? Ali dá para ver que é perto de R$500 milhões por ano. É isso? Porque está ali um desenhinho, cem unidades, se é isso. Quanto é esse percentual em relação aos gastos com habitação hoje? Vai sair de onde essa contraprestação? Como a PPP é financiada? Isso pode cair em detrimento de outros programas, ou seja, eu gasto mais na PPP, nessa contraprestação do que em outros programas? Como é isso? É possível a exploração comercial dos térreos ou vai ser só Habitação de Interesse Social, com equipamentos públicos, sem nenhum tipo de exploração comercial? Como é que é isso? Os terrenos, vamos ter acesso a essas modelagens para opinarmos? A PPP envolve em geral serviços. Quais são os serviços habitacionais que serão prestados? Quais as garantias que serão dadas à contraprestação? Em geral uma PPP está associada a um fundo. Vai haver um fundo que vai pagar essas contraprestações? Que recursos estão nesse fundo para garantir essas contraprestações? É para isso que é preciso aprovar uma lei, para ter um fundo específico, é para vender terreno ou alienar, ou é para fazer alterações urbanísticas? Para quê? Vai existir alteração urbanística, mobilizada a partir dessas PPPs? Para mim ficou muito evidente que não está claro também como vai ser a migração de quem está em outros programas. Isso é uma bomba lançada aqui, não é? Como vai ser isso? E uma pergunta específica para a prefeitura, que gostaria que fosse respondida hoje. Temos uma PPP em curso, temos algumas famílias moradoras das quadras 35 e 36 da Luz, que foram retiradas. Quero saber se elas vão ser atendidas pela PPP da Luz, na Região da Luz, ou se serão atendidas em outra PPP, e as famílias no entorno, inclusive, retiradas por outra PPP, que é uma PPP de hospital, Pérola Byington, se elas vão estar incluídas ou não nessas PPPs. Isso é uma questão básica para um conselho, onde há movimentos, para entendermos. E gostaria que fosse respondido hoje, por favor, porque acho que, se estamos propondo uma nova, estamos entendendo o que está acontecendo com a que está em curso, e para mim ainda está muito nebuloso. **Sr. Gilmar** - Olhem quantos questionamentos, quanta coisa boa aprendemos aqui. É uma escola! Mas, o bom da democracia, do debate, do discurso no Conselho é isso, porque aqui conseguimos trabalhar melhor. **Sr. Reinaldo** - Vou tentar pela memória capturar todas as perguntas. Primeiro, quando eu disse que a PPP é poderosa, não disse que a PPP é poderosa; eu disse que o instrumento é poderoso. É poderoso para a política pública, para todos nós, para a sociedade. Então, não tem nenhuma conotação que não seja essa. É um instrumento poderoso porque proporciona uma oferta em escala muito maior do que somos capazes de produzir nas modelagens formais nossas. Como disse, temos equipes que são restritas, e às vezes uma mesma equipe estuda trinta, quarenta problemas. Para começar ou acelerar um, tem que largar ou desacelerar outros. Então, a PPP permite ter, em um grande contrato, várias atividades; evita uma série de contratos administrativos, evita equipes de gestão. Então, a PPP é poderosa para nós, para a política de habitação. Não pensem que fizemos qualquer coisa que seja para outra finalidade. O Jocemar falou da regionalização ali. Ali, Jocemar, na verdade, é aquilo que mapeamos, mas evidente que, como o Edson bem colocou, queremos percorrer todas as áreas da cidade. Então, não tome aquilo como um desenho acabado. Queremos ampliar. Vou dizer uma coisa que não vai agradar muito aqui, mas não acho muito honesto começar o debate querendo saber onde é ou não é o terreno. Porque, se os senhores olharem ali, há 22% das áreas que são municipais e que não são ZEIS. Estamos convencendo alguns prefeitos Regionais a colocarem suas áreas, porque estamos oferecendo equipamentos públicos para eles. Junto com isso, eles topam. Sem nisso, eles não topam conceder nenhuma área. Então, vamos deixar as áreas para um segundo momento. De que importa eu dizer que vai ser o terreno X agora? De que importa isso? É claro que acalora o debate, mas, do ponto de vista prático, não vamos chegar a lugar algum. Ao contrário: se anteciparmos isso, podemos até perder alguma área que estamos com a concordância de algum prefeito regional, que está colocando ali. **Sr. Gilmar** - E muitas vezes a área fica exposta para ocupação. Os senhores sabem disso. Infelizmente. Claro que tem que ter transparência, mas no momento oportuno. Se fazemos isso com antecipação, não é o caso dos senhores, Paula, mas muita gente, infelizmente, pega essa informação privilegiada para ocupar ou invadir. **Sr. Reinaldo** - É um voto de confiança. Vamos deixar isso para um momento mais oportuno. Vamos ter a hora de falar disso. Não é antes. Só queria pontuar também que quadras 37 e 38 não estão na pauta e não tenho nenhum elemento para responder sobre isso. Peço perdão. Podemos ver como o Gilmar encaminha essa questão, se é o caso de fazer hoje ou não. Outra coisa que a Verônica coloca e que o Edson também já respondeu, não é como os movimentos vão entrar, se vão entrar. Eles já estão dentro. Estamos aqui fazendo isso. Este aqui é um Colegiado plural. Todas as demandas que há aqui dentro, como o Edson disse, vão ser contempladas. A questão da modelagem financeira, em que pese que tenhamos Minha Casa Minha Vida com dificuldades, mas temos; temos o orçamento da prefeitura fazendo outras coisas. A PPP, queria frisar que é mais uma ação dentro do leque, ou do cardápio, de ações e programas que temos. Podemos ficar sem ela? Podemos. Não vamos fazer PPP nenhuma? Tudo bem. Não vamos fazer. Mas não queremos nos acomodar com uma situação dessas. Queremos ir atrás de onde há recursos para fazer. Também não procede dessa maneira, e sabemos da dificuldade, e ninguém aqui é ingênuo a ponto de não saber que há, mas não procede 100% a ideia de que ninguém pode, mesmo a família de Faixa 1 não consegue fazer financiamento. Vejam o financiamento que foi feito na São Caetano; 13 famílias, é o que tenho notícia, das 126 unidades, não tiveram plenas condições de entrar no financiamento da Caixa, e o CDHU cobriu. Algumas ainda têm algum ajuste para fazer. Mas, na estatística, na percentagem, a imensa maioria se enquadrou. Podendo tirar um financiamento, por que não reduzirmos a nossa conta? Se eu fizer PPP para tudo Faixa 1, não tem PPP, porque não há como pagar esse recurso. Se formos fazer a conta, vamos cair tudo no orçamento. Então, não faz muito sentido. Estou fazendo a proposta e a discussão para termos uma PPP aqui, no nosso âmbito, justamente para capturar recursos que não estão em nossas mãos; estão em outros lugares. E que é um desperdício não irmos atrás. E ninguém está dizendo que a PPP vai absorver todos os demais programas da prefeitura. Se não aproveitarmos essa oportunidade, são famílias a menos que vamos atender. Seria muito confortável para nós não fazer. Poderíamos nos acomodar, ver o que há no orçamento, operar com o orçamento, ver o que há no Minha Casa Minha Vida, e tocar a vida assim. Seria mais simples. Alguém perguntou quanto vai custar a PPP. Se os senhores perceberem, boa parte do investimento ali é porque há equipamento, 20% de equipamento. Boa parte do que vamos pagar de contraprestação é de equipamento. E, dentro da negociação interna que fazemos com Secretaria da Fazenda, parte dos orçamentos do pagamento da contraprestação virá de outras secretarias, até porque os 5% que o município pode assumir como compromisso da PPP é extra limite de qualquer outra coisa. Então, dentro dessa discussão, podemos ver se vamos tirar de outros orçamentos, de educação, de saúde, enfim, daquilo que for viável. E também, dentro dessa ideia de fazer equipamentos públicos, há a lógica da racionalidade. Às vezes, se tem diversos equipamentos pequenos espalhados que, se concentramos, podemos racionalizar o uso, diminuir gasto de vigilância, gasto de limpeza. Concentra-se um pouco isso. Então, há toda uma lógica diferente. Serviço. No caso da nossa proposta, serão os mesmos serviços previstos na PPP do Estado: manutenção predial até o final do contrato; trabalho de pré-ocupação; trabalho de pós-ocupação; apoio condominial; todos aqueles trabalhos de educação financeira, ambiental. É um conjunto de coisas. Nesse caso, não inovamos. E estamos abertos a contribuições. Hoje, por exemplo, tivemos uma discussão de um dos equipamentos. Alguém disse: "Dá para fazer um velório?". É um equipamento público. De repente, se for uma carência muito grande e, na discussão do processo, isso for demandado até pela comunidade, que parece que é um caso lá, é possível. Onde há financiamento para velório, onde há financiamento para escola, onde há financiamento para creche? Por aqui conseguimos viabilizar, com o foco na habitação. A habitação é quem puxa esse desenvolvimento urbano. Alguém perguntou dos prazos. O prazo da PPP não difere muito na fase preliminar, de planejamento e até da contratação, de uma 8666. Se formos pegar os terrenos, eu estava vendo outro dia a lista de terrenos que a prefeitura desapropriou ou fez a desapropriação pela COHAB, desde 2001, há 101 imóveis que a COHAB desapropriou. Dos 101 imóveis, há uma enorme concentração a partir de 2009, 2010, 2011 e 2012. Desses, apenas 26 temos a desapropriação concluída até hoje. Concluída, digo, com a